

CAMINHOS DE (RE)EXISTÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA E SEUS ATRAVESSAMENTOS NAS PRÁTICAS DE LETRAMENTOS

UELITON ANDRÉ DOS SANTOS SILVA

Bolsista CAPES. Mestrando em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia- Campus II. Integrante do Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens-GEREL/CNPq-UNEB. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIRB. E-mail: ueliton_andre@hotmail.com.

RESUMO

O presente artigo busca trazer o letramento social à cena do debate tendo em vista sua relevância no percurso formativo humano. Sendo assim, na primeira parte é buscado expor um breve panorama histórico da inserção do termo letramento no cenário brasileiro e sua incorporação nos estudos e pesquisas no âmbito acadêmico. Em seguida, se faz uma exposição dos desdobramentos que o conceito tem assumido ao longo dos anos e suas repercussões em nível acadêmico, social, político e histórico. É nesse sentido plural e sócio-cultural que se apresenta a inserção do letramento social como sendo um ponto fecundo, no qual os sujeitos envolvidos no processo formativo possam problematizar suas experiências enquanto ser social e com isso promover (re)leituras acerca de sua história de vida. Para a construção do estudo foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa.

Palavras-chave: Letramento social. Trajetória de vida. (Re)leituras de si.

INTRODUÇÃO

A materialização do estudo acerca da temática “Caminhos de (re)existência: histórias de vida e seus atravessamentos nas práticas de letramentos” se mostra relevante tendo em vista a necessidade e urgência em se articular ações que visem a construção e aplicação de políticas educacionais efetivas e que tenham como ponto de ancoragem uma perspectiva plural da existência humana e dos diferentes âmbitos em que a linguagem enquanto artefato social e humano se manifestam. O vetor de inquietações que culminou na produção desse trabalho se deu frente aos discursos coletivos e políticos que expõem seus anseios por uma retomada da educação tradicional de cunho moralista, no qual o letramento é incorporado como um termo vinculado à escolarização e que deve pôr em movimento os códigos, símbolos e valores das camadas dominantes em detrimento da cultura e existência das camadas a serem dominadas.

Isso posto, o letramento social é aqui mobilizado como um tensionador para a profusão de uma leitura crítica acerca das ideologias que se atravessam nos múltiplos processos da existência humana, as quais por vezes apresentam a visão dominante de ordem burguesa como a única possível, e com isso, emerge também uma tentativa de silenciamento e apagamento dos sujeitos e culturas tomadas como inferiores, selvagens ou atrasadas. Em ato contínuo, ao trazer o letramento social ao campo de discussão é pretendido refletir sobre um fazer educacional propagador da emancipação, resiliência, existência e direitos dos sujeitos comprimidos na roupagem da subalternidade.

Para a elaboração do estudo foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica, sendo assim, os dados foram coletados em livros, revistas científicas, repositórios de teses e periódicos virtuais. A análise dos dados se deu através de uma abordagem qualitativa. Dentre os principais estudos que compõem o referencial teórico são citados: Freire (1981; 1989; 2019), Kato (1986), Lopes *et al.* (2018), Silva (2018), Soares (2019), Souza (2009), Street (2014), Tfouni (1988), Mollica (2007).

METODOLOGIA

O presente estudo é fruto de algumas inquietações que foram emergindo no curso da disciplina CCULT171-Tradição Oral e Cultura Popular, ofertada

pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia-Campus II, ministrada pela Professora Dra. Edil Costa, no segundo semestre de 2020, na qual participei na condição de aluno regular em nível de mestrado. Durante nossas discussões foi possível perceber a existência de uma malha social que opera na sociedade como um filtro categorizador das pessoas, das culturas e dos modos de ser e estar no mundo.

Frente aos expostos surgiu o interesse em investigar como o letramento social poderia ser inserido no processo educacional brasileiro como um instrumento de emancipação e questionamentos acerca dos aparatos de dominação e conformação aos padrões hegemônicos que imperam na atualidade. Partindo desses argumentos, o estudo foi estruturado com base na metodologia de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo descritivo, sendo assim, os dados que compõem nossa análise foram coletados em livros, revistas científicas, repositórios e periódicos virtuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Uma breve descrição histórica do letramento

O letramento, é um conceito recente no cenário brasileiro. À época de sua entrada nas discussões e pesquisas acadêmicas por volta dos anos 80, não existia nos dicionários de língua portuguesa uma definição ou presença dessa palavra. Contudo, o letramento ao longo dos anos tem sido alvo de interesse de pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento. “Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *lit tera* (letra), com o sufixo *-cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser”. Nesse contexto, é válido salutar que a base constitutiva dos primeiros estudos acerca da temática aqui no Brasil, advém de uma concepção inglesa, na qual tal conceito é utilizado para fazer referência tanto à alfabetização como ao letramento, porém essa adoção decorre da inexistência de uma tradução para a palavra *literacy*, todavia é importante destacar que nos estudos brasileiros, o letramento e a alfabetização fazem menção a processos distintos (SOARES, 2019, p. 17).

No Brasil, os estudos acerca do letramento se iniciam com base numa perspectiva cognitivista, na qual Mary Kato, apresenta-se como uma das pioneiras no desenvolvimento de estudos acerca do assunto. Dito isso, Kato (1986), irá descrever o letramento como sendo um dos elos desencadeadores da norma culta, o que para ela justificava a função da escola em desenvolver

atividades para a difusão da norma padrão. Nesse sentido, a autora acredita que “a chamada norma padrão, ou língua falada culta, é consequência do letramento, motivo pelo qual, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita” (KATO, 1986, p. 7).

Ao trazer a afirmação de Kato (1986), à cena do debate é possível fazer uma virada epistemológica ao problematizar a seguinte questão: Seria o letramento hegemônico produto ou produtor da norma culta padrão institucionalizada e requerida nos espaços sociais? São questões dessa envergadura que fará emergir a perspectiva sociocultural acerca do letramento. Para essa corrente teórica o letramento se articula como sendo um conjunto de práticas sociais que apresentam a escrita e a leitura em sua orquestração. Enquanto, a abordagem cognitivista se interessa mais diretamente pelo processo de apropriação da leitura e escrita numa dimensão individual. Tais ideias servirão como pontos para a demarcação e distinção conceitual e prática que se construíram entre os conceitos de letramento/alfabetização.

Nesse sentido, “a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isto é levado a efeito, em geral, através do processo de escolarização e, portanto, da instituição formal”. Por sua vez, o letramento se articula como uma prática que “focaliza os aspectos sociohistóricos da aquisição da escrita. [...] e tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado” (TFOUNI, 1988, p.9). Posto que, a acepção adotada para a construção desse estudo é a perspectiva social e histórica, compreende-se que o processo de alfabetização faz referência mais objetivamente ao domínio da leitura e da escrita, enquanto o processo de letramento apresenta uma concepção mais ampla e se estende às práticas e eventos sociais que direta ou indiretamente fazem uso da escrita e da leitura (STREET, 2014).

De modo a representar tais definições de forma esquemática, segue a exposição da figura 01 para apresentar uma síntese do conceito de alfabetização e a figura 02 para apresentar uma síntese do conceito de letramento.

Figura 01: Síntese do processo de Alfabetização



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Figura 02: Síntese do processo de Letramento



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

A partir da figura 01 e da figura 02 é possível compreender os pontos de distinções existentes entre os processos de alfabetização e letramento. Enquanto o primeiro faz referência às habilidades individuais o segundo apresenta uma íntima relação com o campo social e cultural. Aqui é importante destacar que anterior ao processo de conceituação do letramento, existia uma concepção que acoplava tal conceito como sendo um sinônimo do processo de alfabetização. Todavia, como descrito anteriormente o ato de alfabetizar focaliza o ensino da escrita e leitura, enquanto o letramento sob uma dimensão sócio-histórica se preocupa em compreender e contemplar os usos sociais que os sujeitos promovem a partir desses domínios.

Tendo em vista tal formulação, Paulo Freire pode ser tomado como um dos percussores desse entendimento no Brasil, posto que para Freire (2019), o ensino não se limita a transmissão do saber do educador ao educando, mas sim uma ação dialógica que permite atuações na realidade com vista à emancipação dos sujeitos envolvidos no processo formativo. A perspectiva freiriana de educação pode ser conectada à definição sócio-histórica do letramento, posto que ambos os processos são entendidos como fenômenos que decorrem e ocorrem através das interações e relações humanas.

Essa concepção com um viés mais pluralista irá se consolidar por meio dos Estudos dos Novos Letramentos (NELs), em que se verifica uma ressignificação do conceito. Os NELs irão emergir como problematizadores da visão tradicionalista pautada na ideia da grande divisão entre a oralidade e a escrita. Ao se firmar numa perspectiva cognitivista essa visão dicotômica concebia a oralidade como um elemento inferior a escrita, posto que, essa última carregava consigo a marca da modernidade e da evolução.

Nessa trama, algumas acepções cognitivistas ao buscar apresentar um sentido às práticas de letramento, interpretavam os sujeitos que estavam imersos no mundo da oralidade e que tinham pouco domínio do código escrito como sujeitos com atrasos cognitivos e que necessitavam dominar esses códigos para progredir em seu desenvolvimento. Essa idealização estava pautada no que Street (2014) denomina como letramento autônomo, sob esse viés se advogava que ao serem inseridos no mundo letrado os sujeitos evoluiriam autonomamente.

Essa concepção autônoma se mostra incipiente, e, em certa medida produz uma ideia fragmentária e dualista acerca do processo de aprendizagem humana e dos usos que as pessoas fazem da escrita e da leitura. Frente a essa constatação, irá emergir novas interpretações, das quais, o letramento ideológico, que por se conectar à perspectiva sócio-histórica apresenta uma

concepção mais ampla acerca do sujeito letrado (STREET, 2014). Assim, o letramento social não se reduz a apropriação e reprodução dos códigos, símbolos e valores das camadas dominantes, mas antes busca compreender os usos sociais da escrita e da leitura que as pessoas mobilizam no seu cotidiano a partir de suas necessidades e demandas.

[...] Numa dada cultura, não há apenas um letramento, mas letramentos múltiplos associados aos variados domínios da vida, bem como diversidade nos modos como os sujeitos tomam parte em eventos e situações nesses domínios, parece-nos adequado e relevante examinar, ainda que brevemente, os caminhos pelos quais esses sujeitos, situados em contextos específicos, membros de determinadas comunidades, se moveram no universo da escolarização (SOUZA, 2009, p. 40).

O letramento social, pode assim ser tomado como um dos desdobramentos da concepção sócio-histórica, posto que, por meio desse conceito é buscado compreender como a cultura escrita em suas múltiplas faces e facetas se interconecta com os indivíduos ao longo do seu desenvolvimento e como eles se percebem nessa relação, bem como se dedica em compreender os efeitos desse processo no âmbito coletivo, individual e psíquico. Posto que, o letramento social é aqui entendido como um canal de comunicação e mediação, no qual os sujeitos encontram-se mutuamente como educandos e educadores no curso de sua existência. Assim, sob essa tessitura, o letramento social pode ser tomado como um instrumento para compreensão e (re)significação de si, do outro e do entorno. Essa explicação se faz necessária tendo em vista que o letramento é um fenômeno múltiplo, ou como nos diria Deleuze e Guattari (1996), estamos diante de um rizoma, sob o qual é possível elaborar infinitos sistemas de conexões.

Portanto, é relevante refletir acerca da imposição de um modelo único de letramento que ainda se impõe na atualidade. Partindo da ideia de que a escrita é um meio sob o qual o sujeito opera no mundo de modo a solucionar suas necessidades, não se pode perder de vista a historicidade e contextualidade da prática ou evento de letramento que está sendo mobilizado pelo sujeito. O desenvolvimento do indivíduo se consolida a partir da percepção de objetos reais e não simplesmente sob espectros ou traços culturais hegemônicos impostos, na construção de sentidos e significados é nas relações reais entre os sujeitos que tal experiência ganha significância (STREET, 2014; KLEIMAN, 1995).

Essas observações nos permitem observar que, o jogo criado pela cultura hegemônica para impor seus códigos, símbolos, signos e valores como os elementos humanos universais cria um espaço artificial para aprendizagem e desenvolvimento humano. Essa artificialidade decorre de uma tentativa do modelo dominante em se colocar como elo de purificação do que até então foi ensinando ao indivíduo visto como selvagem ou primitivo (MIGNOLO, 2008; SILVA, 2018).

A educação tradicional ao se firmar em supostos semelhantes aos da ideia da árvore-raiz, produz um tronco educativo fortemente imbricado com os interesses de uma camada hegemônica que colocar a educação escolar não apenas como superior às demais, como também institui um modelo específico de educação a ser difundido. Sendo assim, observa-se a defesa de uma educação escolar linear cujas dosagens do conhecimento devem ser precisamente calculadas e avaliadas, para que assim seja acrescida novas informações (FREIRE, 2019). Essa ideia de linearidade do conhecimento pressupõe que só é possível chegar ao ponto B após ter passado pelo ponto A.

No campo dos reducionismos, verifica-se uma deslegitimação dos letramentos múltiplos sob rótulos depreciativos. Associado a esse processo é verificada uma hipervalorização de um modelo específico de letramento, a saber, o letramento escolar tradicional hegemônico. Quando se coloca a questão do letramento escolar em discussão, é importante elucidar que os códigos símbolos e valores que atravessam esse fenômeno é predominantemente aqueles de ordem hegemônica, fator esse que justifica em certa medida sua inserção como expressão de neutralidade e universalidade. Com isso, os blocos burgueses não apenas sacralizam determinados espaços, símbolos e direitos em favor de um pequeno grupo – elite dominante, mas também arquitetam artifícios para a deslegitimação das produções e da própria existência de outros grupos humanos.

1.1 Outras leituras possíveis acerca do conceito de letramento

Embora a teoria da “grande divisão” tenha sido alvo de problematizações e os NELs tenham buscado focalizar outros horizontes acerca do letramento, ainda se verifica uma íntima imbricação e difusão dos letramentos como algo inerente aos espaços escolares. Esse obstáculo não apenas impede uma formulação de propostas educacionais mais amplas, como também

reduz um processo social, histórico e cultural ao crivo escolar (LOPES. et al, 2018). Circunscrição essa, presente também no conceito da educação, em que a educação social, popular e comunitária é comprimida ao campo da informalidade e marginalidade, enquanto a educação escolar é inserida em um local de prestígio e valorização social, tendo em vista que em seus fios circulam os anseios e desejos das classes hegemônicas (SILVA, 2018).

Como descrito por Freire (1989), as camadas dominantes buscam impor seus interesses nos diferentes contextos, bem como, através de um jogo ideológico tenta monopolizar fenômenos plurais para a partir dessa orquestração fixar seus códigos, símbolos e valores às camadas a serem dominadas. A partir das narrativas hegemônicas, rótulos e classificações são instituídas sobre os indivíduos demarcados como inferiores. Assim sendo, é relevante colocar tal problemática em evidência, pois é por meio da exposição dos dilemas sociais que se faz possível a articulação de canais de resistência, frente aos rótulos que são naturalizados acerca de determinados grupos (SILVA, 2018). Um exemplo dessa naturalização é a circunscrição do nível de letramento escolar como uma maneira de firmar a superioridade de uns indivíduos sobre os outros (LOPES. et al, 2018).

Tal enfretamento se mostra de suma relevância, posto que tais disseminações hegemônicas ao imprimirem suas categorias não apenas tentam silenciar as vozes dos indivíduos tomados como inferiores, como também tentam suplantam sua existência e sua condição enquanto sujeitos de direitos. Nessa trama, é oportuno destacar que muitos discursos acerca da capacidade de leitura e escrita de muitos jovens assumiu uma maior disseminação nos meios midiáticos, após o ingresso de um número significativo de jovens oriundos de famílias das classes populares, em sua grande maioria negros, no ensino superior, sendo a primeira geração a adentrar nesses espaços (LOPES. et al, 2018).

Isso posto, verifica-se uma tentativa de desqualificação desses jovens ao colocar sob suspeita seu domínio sobre um determinado tipo de letramento – letramento escolar. Frente a tal exposição, a profusão das vozes subalternizadas se apresenta como um ponto de resistência e (re)invenção de si. Vozes essas, que por vezes foram abafadas por uma concepção pedagógica e escolarizante da vida, do ser e do viver, cujo parâmetro ordenador foram e são os critérios e interesses das camadas dominantes (SILVA, 2018). Frente aos expostos, destaca-se que:

[...] as histórias de letramentos transbordam a si mesmas, desafiando formas dicotômicas de imaginar práticas de

leitura e escrita que estariam unicamente ‘dentro’ da escola, em oposição àquelas que estariam ‘fora’ dos cotidianos escolares: as histórias de letramentos são histórias de trânsitos dos sujeitos entre espaços/tempos localizados em territórios de uma cidade marcada por uma série de segregações, violências e exclusões (LOPES. et al, 2018, p. 681).

Tal problematização busca propor reflexões relevantes para o fazer educacional escolar, posto que ao pensar uma leitura de mundo como ponto de partida para a leitura da palavra como preconizava Paulo Freire (1989), é importante manter um ponto de autocritica para não cair no abismo da fala dissociada da prática. Sob esse ângulo expositivo, a proposição do letramento social emerge como um elo entre os múltiplos letramentos.

Nesse tocante, ao focalizar a questão do letramento social/letramento escolar é válido expor que o primeiro não se apresenta como superior ao segundo, assim como o segundo não deve ser posto em prática com vista em apagar o primeiro, ambos são processos integradores do desenvolvimento humano, logo, é crucial a orquestração de ações que visem colocar tal multiplicidade em diálogos, pois, considerando o que propõem Deleuze e Guattari (1995), o desenvolvimento humano é algo rizomático e aberto a novas conexões, posto que esse é um processo permanente na vida dos sujeitos.

Nesse sentido, é possível inserir o letramento social como uma prática performativa. Aqui, as “performances são sobretudo atos performativos, isto é, são narrativas por meio das quais os sujeitos reinventam, reiteram e modificam a si mesmos, suas próprias experiências, bem como os contextos em que vivem” (LOPES. et al, 2018, p. 683). Uma vez que, existe uma íntima relação da língua, linguagem e sociedade no processo de formação social do sujeito. É frente a essa constatação que as camadas hegemônicas tentam incorporar seus padrões como sendo traços de uma natureza universal e moderna, sob a qual, traços e processos culturais tradicionais são desqualificados e deslegitimados (SANTOS, 2009). Nessa perspectiva, os letramentos são pontos que possibilitam vias de (re)nascimento e sobrevivências.

Aqui, especificamente está sendo apresentado o letramento social como sendo uma dessas vias para a ressignificação de múltiplos campos que perpassam a existência humana, a saber, a educação, a família, os grupos sociais, os dogmas e os valores impostos pela sociedade. Destarte, o letramento social é acionado como um instrumento de leitura e escrita de forma crítica da realidade, uma leitura para a emancipação e confrontação

dos dispositivos que visam conformar os indivíduos às produções sociais e históricas como sendo elementos de uma natureza humana determinada e imutável (SOUZA, 2009; LOPES et al., 2018).

Sob esse campo de (re)nascimentos se mostra relevante a profusão de investigações que busquem compreender os letramentos por prismas diferentes daqueles impostos pelas lentes hegemônicas, assim sendo, a materialização de estudos que busquem investigar como os sujeitos ressignificam os letramentos hegemônicos se apresentam como um ponto frutífero para a problematização e releituras dos elementos sociais, econômicos, políticos e históricos que confere ao letramento dominante uma posição de superioridade às demais formas de letramento (SOUZA, 2009).

Sob essas circunstâncias, destaca-se que mais do que “observar como o letramento hegemônico transformam as pessoas” é preciso ampliar o campo de análise e promover trabalhos investigativos acerca dos usos transformativos que as pessoas inventam acerca desse letramento como canal de sobrevivência e (re)existência. (LOPES. et al, 2018, p. 700).

[...]Tal entendimento é fundamental para construção de currículos mais dialógicos – tanto em escolas, quanto em universidades: onde se reconheça os diversos significados e usos da leitura e da escrita, criando nas instituições de ensino territórios de empoderamento, formas de reexistir e de sobreviver culturalmente (LOPES. et al, 2018, p. 700).

Nesse tocante, ao se articular ideias acerca do letramento social, está se advogando acerca de um fazer de transformação e ressignificação, assim sendo, não se trata de um ponto para a difusão de elos conformativos, mas sim de agenciamentos de resistência e resiliência frente às imposições dos modelos tradicionais hegemônicos que visam assumir um papel de protagonismo sob o qual os demais devem sucumbir. Como alertado por Souza (2009) e Santos (2009), buscar compreender os conhecimentos construídos e mobilizados pelos sujeitos é fundamental para uma leitura dos usos sociais do letramento como ponto de reexistência.

No que se refere a ler, escrever e interpretar textos ou usar a oralidade letrada, de acordo com os cânones escolares, os jovens nem sempre são considerados como usuários autônomos da língua escrita. No entanto, fora da escola existem situações outras - ainda que nem sempre reconhecidas ou autorizadas - que se realizam nas mais diversas esferas de atividade: a casa, a rua, a escola, o trabalho, a religiosidade (SOUZA, 2009, p. 32).

Nessa conjuntura, as histórias de vida se apresentam como pontos importantes para a compreensão dos variados aspectos do desenvolvimento humano. Esse argumento se torna perceptível ao se conceber o desenvolvimento humano como sendo um processo com dimensões biopsicossociais. Portanto, as histórias de vida atravessam e são atravessadas pela dimensão social (VYGOTSKY, 2007). Tal dimensão confere elementos importante para a compreensão de elementos sócio-históricos que se engendram nesse processo possibilitando assim articular práticas para a superação dos entraves e desafios que se colocam aos sujeitos em seu processo constitutivo.

2 Letramento social e seu amalgamento nas trajetórias de vida

Na literatura científica não é incomum verificar estudos que registram e denunciam à busca das camadas hegemônicas em promover um apagamento ou aniquilação dos grupos humanos que são vistos como inferiores. Tal evidência reafirma a importância de estudos e ações que visem à superação desses entraves que se colocam como aquedutos para desumanização. Nessa tessitura analítica, o estudo apresentado por Lopes et al. (2018) acerca dos letramentos de sobrevivência deixa em evidência as interlocuções das histórias de vida de cada sujeito com suas práticas de letramento.

Essas novas orientações acerca do letramento se mostram importantes, posto que, no interior do mundo letrado persistem discursos em prol de ideologias racistas e discriminatórias que buscam promover a manutenção das condições que possibilitem à sobrevivência de um *status quo* burguês. Conforme descrito por Souza (2009), mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, aqueles que outrora assumiram a posição de escravos eram tomados como sujeitos com atrasos, assim era imposta a condição de dependência dos senhores para uma condução religiosa, social e civilizatória.

No mundo letrado, a palavra e a voz do sujeito branco, intelectualizado e economicamente favorecido era posta em um lugar de destaque, cabendo ao negro a posição passiva do ouvinte, tendo em vista que a prática leitora era algo que estava para além de sua condição (SOUZA, 2009). Ao demarcar a figura do sujeito das letras sob a roupagem do indivíduo branco burguês, difundia-se um imaginário de que os espaços e o domínios das palavras escritas não era algo palpável a qualquer sujeito, e, esse imaginário se faz presente atualmente em múltiplos contextos (MOLLICA, 2007).

Essa retomada histórica possibilita compreender como determinadas engrenagens sociais foram mobilizadas com o objetivo de manter uma estrutura de privilégios de determinados grupos em detrimentos de outros, bem como permite uma leitura do cenário atual de modo a identificar e promover vias de superação dos resquícios desses processos de exclusões, preconceitos e discriminações. O exemplo supracitado, é um dos muitos casos, em que os sujeitos que não estão dentro do padrão de cidadão modelo são colocados nas bordas sociais.

Nesse sentido, as histórias de vida permitem um olhar panorâmico acerca da experiência humana, cujo foco não está em encontrar uma verdade primeira ou pontos de falseamento da fala do sujeito que narra suas histórias, mas antes criar canais para uma escuta sensível, tendo em vista que o conteúdo narrado ressoa como uma leitura do indivíduo sobre a experiência vivida (COSTA; PEREIRA, 2020). Nessa conjuntura, verifica-se o uso das práticas e eventos de letramento como uma abertura para a ressignificação, resistência e resiliência, a exemplo, é citado o uso do letramento por Calazans e Janaína como sendo um canal profícuo no processo (re)leitura e (re)escrita de suas experiências que se constituíram a partir do seu percurso enquanto moradores de territórios classificados como zonas periféricas do Rio de Janeiro (LOPES. et al, 2018).

Esse ponto ressoa como um indicador do potencial de ressignificação e resiliência que o letramento social confere aos sujeitos que se utilizam dessas práticas em uma orquestração na busca por materializar não apenas palavras, mas antes mobilizar a escrita e a leitura como canal para sua inscrição na sociedade enquanto sujeitos humanos que cantam, choram, sonham e amam, ou seja, sujeitos com histórias e memórias que se reinventam e resistem as mais diversas atrocidades que se colocam de encontro à sua existência. A partir dos pressupostos apresentados por Costa e Pereira (2020), é possível compreender o trabalho das narrativas como campo profícuo na (re)significação do entorno e das experiências vividas.

Para Freire (1981, p.20), “transformar o mundo através de seu trabalho, “dizer” o mundo, expressá-lo e expressar-se são próprios dos seres humanos”. Assim sendo, o letramento social é visto como um instrumento que conferi ao sujeito um trabalho de leitura, apreensão, problematização, transformação e ressignificação. Assim sendo, as palavras em conexão com a vida, apresentam histórias e memórias dos sujeitos que buscam por meio desse canal produzir narrativas que expressem em alguma medida o sentido daquilo que eles desejam expor.

Sob esse escopo analítico, é importante buscar a promoção de uma educação que procure contemplar a realidade dos alunos. Posto que, para a articulação de uma educação problematizadora e transformadora da realidade dos educandos é crucial o desenvolvimento de práticas formadoras que envolvam e dialoguem com as realidades dos alunos (SANTOS, 2008). Assim sendo, pensamos o ato de educar como um movimento contínuo ao longo da vida, onde os indivíduos vão atribuindo diferentes nuances de significados às suas experiências, desta forma, os significados sociais ao serem internalizados passam a dar contorno aos sentidos (VYGOTSKY, 2007).

Em última análise, a linguagem, seja ela escrita ou oral tem por finalidade cumprir um papel comunicativo. Desta forma, a linguagem se constitui como um fenômeno social e historicamente construído, assim sendo, ela se articula como um canal para as variadas formas de manifestação cultural. “Partindo desse pressuposto, a linguagem pode ser concebida como a capacidade que o sujeito tem de falar, organizar os pensamentos, de agir com os outros usando expressões, enunciados orais ou escritos”. E, a partir de suas relações e interações (re)criam leituras de si, do outro e do mundo (SANTOS, 2009, p.138).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar o letramento social como uma via de emancipação e (re)significação de determinados processos ao longo da formação dos sujeitos, quer estejam na posição de educadores ou educandos. Com vista em articular essas ideias de forma didática, foi buscado apresentar uma breve articulação histórica da inserção do conceito de letramento no cenário brasileiro expondo suas diferentes ramificações e significações.

Os resultados encontrados permitem observar uma circunscrição do conceito de letramento como algo inerente aos espaços escolares, logo, os estudos ou propostas que focalizam outros pontos de análises por vezes são inferiorizados. Posto que, rompem em certa medida com os interesses dos letramentos hegemônicos. À vista disso, destaca-se a importância da ampliação de estudos tenham como objetivo contribuir de forma efetiva para a construção de projetos firmados em uma formação e educação humanizada, na qual o ser humano seja tomado como um sujeito de direitos, com histórias e memórias e afetos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Edil Silva; PEREIRA, Edisvânio do Nascimento. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 14, p. 593-611, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/7762/pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 10-36.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KATO, Mary. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Editora Ática, 1986.

KLEIMAN, Angela B. (Org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LOPES, Adriana C. et al. Letramentos de sobrevivência: costurando vozes e histórias. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**. V. 10, 2018, p.678-703. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/560>. Acesso em 28 de dezembro de 2020.

MOLLICA, Maria Cecilia. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SANTOS, Áurea da Silva Pereira. Memórias de letramento de idosos: a leitura e a escrita como bens simbólicos de inclusão e/ou de exclusão. **Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 09, p. 137-145, 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar>. Acesso em 11 de janeiro de 2021.

SILVA, Roberto da. Outras educações possíveis. In: Moacir Gadotti; Martin Carnoy.

(Org.). **Reinventando Paulo Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire**. 1ª ed. São Paulo: IPF/Lemann/Stanford Education, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

STREET, Brian. **Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso**. Campinas: Editora Pontes, 1988.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.